



Diário Económico

31-07-2014

Periodicidade: Diário

Classe: Economia/Neócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 18714

Temática: Justiça

Dimensão: 1958

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/10/11

Juiz Carlos Alexandre perde o monopólio dos processos de colarinho branco

O Tribunal Central de Instrução Criminal, por onde passam as maiores investigações ao crime económico, terá um segundo juiz a partir de Setembro. Edgar Lopes é o nome apontado. **P10**

Carlos Alexandre perde o monopólio dos processos de colarinho branco

Corrupção O Tribunal Central de Instrução Criminal, por onde passam as maiores investigações ao crime económico, deixará a partir de Setembro de funcionar apenas com um "super-juiz".

Inês David Bastos
ines.bastos@economico.pt

O juiz Carlos Alexandre, conhecido por 'super-juiz' por lidar com os mais complexos crimes de colarinho branco e que deteve recentemente Ricardo Salgado para interrogatório, vai deixar de ter a exclusividade dos mega-processos de criminalidade económica e financeira. Desde 1999, quando foi criado, que o Tribunal Central de Instrução Criminal, designado por 'ticão', funciona apenas com um juiz. A ideia, que surgiu durante o Governo de José Sócrates, foi mantida pela actual ministra da Justiça no seu projecto de Mapa Judiciário.

A partir de 1 de Setembro o juiz que teve em mãos processos como Freeport, Face Oculta, Submarinos, Portucale, Apito Dourado e, agora, Monte Branco vai ter de dividir processos com outro magistrado.

O Conselho Superior da Magistratura (CSM) revelou ontem ao Diário Económico que já foi escolhido o segundo juiz: trata-se de Edgar Taborda Lopes, em tempos vogal naquele Conselho e coordenador de formação no Centro de Estudos Judiciários (CEJ). Mas, adianta o CSM, este juiz não vai para já ocupar o lugar, uma vez que ainda não terminou a comissão de serviço na escola dos magistrados. Em Setembro, provisoriamente, quem se sentará no 'ticão' ao lado de Carlos Alexandre para se ocupar de alguns processos será o juiz auxiliar João Filipe Bártole.

Edgar Lopes tem 49 anos e está desde 1996 numa vara civil de Lisboa. Já Filipe Bártole trabalha mais directamente com o crime, dado que exerce funções em varas criminais. O Diário Económico perguntou a Edgar

Lopes quando ocuparia o lugar, mas não obteve resposta até ao fecho da edição.

Depois de ter assumido funções em 2006 como juiz efectivo no 'ticão', sucedendo a Fátima Mata-Mouros, Carlos Alexandre saltou para a ribalta com as investigações a nomes de peso da vida política, empresarial e financeira portuguesa. Foi ele que deu andamento ao processo que levou Isaltino Morais à prisão, que mandou deter Duarte Lima e Oliveira e Costa no caso BPN, que pronunciou Armando Vara no Face Oculta e que fez tremer Sócrates no Freeport. Recentemente, voltou de novo às páginas dos jornais por ter ordenado a detenção do todo-poderoso da banca Ricardo Salgado para interrogatório no âmbito do processo Monte Branco (maior investigação de fuga ao fisco).

Mais processos em 2013

O 'ticão' abrange as maiores investigações a nível nacional. Por isso há anos que Carlos Alexandre é o único a decidir buscas e detenções nos mega-processos de corrupção de Norte a Sul. É o juiz que tem na sua posse milhares de horas de escutas, que faz primeiros interrogatórios e que decide quem vai a julgamento. Em alguns processos - como o Apito Dourado e o das contrapartidas dos submarinos



Edgar Lopes, 49 anos, nasceu na Covilhã. É o novo juiz no Tribunal Central de Instrução Criminal. Terá de ser substituído porque está a trabalhar no CEJ.

- a sua decisão os arguidos acabaram absolvidos.

O ex-presidente da Associação Sindical dos Juizes António Martins nunca escondeu que defendia a existência de dois juizes e a própria Mata-Mouros também apoiava este reforço.

Em 2010, no auge do Face Oculta, o Governo de Sócrates fez uma tentativa, incluindo mais um juiz na proposta de Mapa Judiciário com o argumento de que as estatísticas mostravam que o juiz não conseguia dar conta de todo o trabalho, levando a muitas pendências.

Carlos Alexandre, que costuma evitar a exposição pública, insurgiu-se de imediato e escreveu ao CSM a alegar a falsidade dos dados estatísticos. Os números do relatório do grupo de trabalho do governo PS diziam que o juiz tinha recebido 17 processos em 2010 e só tinha resolvido três, transitando para 2011 24 acções. Fonte próxima do juiz disse na altura à revista Sábado que o magistrado temia que a ideia fosse afastá-lo de alguns processos.

O Diário Económico pediu estatísticas ao Ministério da Justiça e no relatório enviado ontem consta que, em 2010, Carlos Alexandre recebeu 15 processos e resolveu 15 processos (alguns que vinham do ano anterior). Ficaram pendentes quatro. Em 2011, recebeu 25 e fechou 20 processos de instruções e, em 2012, recebeu 29 e resolveu 27. O salto deu-se o ano passado quando recebeu 34 (mais 30% que o ano anterior) e resolveu 26, tendo ficado pendentes para este ano 15. É este argumento do aumento do número de processos que serve de base a Paula Teixeira da Cruz para reforçar o quadro. O Diário Económico tentou uma reacção de Carlos Alexandre, que se mostrou indisponível. ■

AS INVESTIGAÇÕES

1. Monte Branco

É a investigação que está agora a concentrar as atenções de Carlos Alexandre. A maior rede de fuga ao fisco já levou à constituição de Ricardo Salgado como arguido e as diligências neste caso começam a acelerar.

2. Fraude no BPN

Foi Carlos Alexandre que determinou as buscas neste processo e que liderou as investigações enquanto juiz. Foi ele que levou Oliveira e Costa a julgamento. Deste processo nasceu o Monte Branco.

3. Face Oculta

O processo de tráfico de influências e corrupção que mexeu com nomes do PS, incluindo Sócrates, passou pelo "super juiz". Foi ele que levou Armando Vara e José Penedos a julgamento.

4. Submarino/contrapartidas

Em coadjuvação com o departamento central de investigação central lidera a investigação à compra e às contrapartidas. O primeiro caso está em inquérito ainda. O outro, ficou sem condenados no julgamento.

CARLOS ALEXANDRE É JUIZ



As gúrras

Nova organização judiciária do país avança a 1 de Setembro, envolvida em polémicas.

O novo Mapa Judiciário desenhado pelo Ministério de Paula Teixeira da Cruz avança no terreno a 1 de Setembro, mas as polémicas que envolvem não param de crescer. Embora ninguém discorde directamente da própria reorganização há vários pontos do projecto que estão a ser mal recebidos. Conheça-os.

1 DIFERENÇAS SALARIAIS

Foi a última polémica que está em torno do novo Mapa Judiciário. Os procuradores, in-

TITULAR DO TRIBUNAL CENTRAL DE INSTRUÇÃO CRIMINAL HÁ OITO ANOS



Há oito anos que é o juiz Carlos Alexandre quem determina que buscas são feitas a grandes empresas, bancos, casas ou escritórios de advogados e que determina quem vai a julgamento. Teve e tem em mãos os processos que envolvem altas figuras da vida política e financeira, da esquerda à direita. Há quem lhe chame o “justiciero” ou o “Garzon português”. Nasceu em Mação há 52 anos e é visto (por alguns) como um homem reservado, que evita a exposição pública. Há quem o acuse de querer protagonismo. A semana passada teve-o quando fez de Ricardo Salgado arguido no caso Monte Branco.

contra o novo Mapa Judiciário

cluindo Maria José Morgado, fizeram chegar à PGR um abaixo-assinado onde contestam o facto de a aplicação prática da proposta levar a uma diferenciação salarial entre os procuradores que exercem funções nos novos departamentos de investigação e acção penal e os que forem colocados nos tribunais. A diferença, com detrimento para os primeiros, pode chegar a mil euros.

2

FECHO DE TRIBUNAIS

É a contestação que está há mais tempo no terreno e aquela que reúne mais apoios. Autarcas, incluindo do PSD, advogados e oposição têm feito reuniões e

até concentrações para se oporem ao encerramento de 47 tribunais (27 passam a secção de proximidade). Paula Teixeira da Cruz nunca mostrou vontade de recuar e os autarcas ameaçam com providências cautelares.

3

FALTA FUNCIONÁRIOS

O presidente do sindicato dos Funcionários Judiciais, Fernando Jorge, tem sido uma das vozes mais críticas. O dirigente sindical diz que a implementação do mapa em Setembro pode levar ao caos nos tribunais porque há falta de funcionários judiciais para darem conta das transferências de processos. Fernando Jorge diz que estão em défice

Procuradores avisam que Mapa leva a diferenças salariais e autarcas e advogados não desarmam contra o fecho de tribunais.

cerca de 900 funcionários judiciais. O Ministério da Justiça ainda não garantiu o reforço.

4

BLINDAGEM SALARIAL

Não está directamente relacionada com o mapa, mas está a ser discutida em consequência desta reorganização. Para adaptar o estatuto dos magistrados às mudanças introduzidas pelo Mapa Judiciário (novas funções de procuradores e juizes) a ministra teve de alterar o seu estatuto. Decidiu chamar os magistrados para, juntos, aproveitarem para fazer uma reforma mais profunda e os juizes estão a fazer finca-pé para que os seus salários

sejam blindados a futuras crises e não possam ser cortados acima de um determinado limite. Até porque o novo Mapa e o novo Código de Processo Civil trouxeram mais responsabilidades para os juizes e mantiveram a exclusividade de funções.

5

CONCENTRAÇÃO

A criação de mega-comarcas de base distrital é olhada com algumas reservas em certos locais. Advogados temem que a justiça fique mais longe dos cidadãos que terão de fazer maior deslocações para chegar à comarca. Ministra responde com mais especialização local. ■ I.D.B.